



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EXECUÇÃO INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

DATA DA SESSÃO: 29/5/2026

HORÁRIO: 8h (oito horas)

ENDEREÇO: <https://www.licitanet.com.br/>

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

INFORMAÇÕES: Tel: (63) 3341-1243 / E-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

29/5/2026 às 7h59min (sete horas e cinquenta e nove minutos)

ABERTURA DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

29/5/2026 às 8h (oito horas).



PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, torna pública e dá ciência aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, **SOB A FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Municipal Nº 087/2023, que regulamenta a Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como as demais legislações correlata e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**.

A cópia da íntegra deste Edital ficará disponível para vista pelos interessados no Portal (<https://www.licitanet.com.br/>) e no Site Oficial do Município de Santa Maria do Tocantins/TO: <https://santamariadotocantins.to.gov.br/transparencia/procedimentos-licitatorios/>), bem como os elementos que o integram, assim como (memorial descritivo, Planilha Orçamentaria, Plantas e pré-projetos).

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

HORÁRIO: às 8h (oito horas) (horário de Brasília)

DATA DA SESSÃO: 29/5/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EXECUÇÃO INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

LOCAL DA DISPUTA (PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://www.licitanet.com.br/>)

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Maísa Alves Sousa, MATRÍCULA N.º 2015.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, conforme especificações constantes do Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

1.1. O valor estimado para a presente licitação é de **R\$ 10.509.469,19 (dez milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos)**, cotado em moeda nacional (Real) na forma da planilha orçamentária que se anexa a este instrumento;

1.2. Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultados da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a qual sujeita.



1.3. A Planilha Orçamentária anexa visa possibilitar a avaliação do custo global da obra para o efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando os licitantes quanto às metodologias internas de composição de custos, desde que observadas integralmente as especificações técnicas, quantitativos e critérios estabelecidos neste edital.

1.4. Os cálculos dos valores dos quantitativos constantes na planilha de custos referentes aos serviços a serem executados tiveram como base a tabela do **SINAPI 08/2025**, conforme planilha de custos elaborada pelo Engenheiro Civil **LEONARDO S. AMORIM, CREA/CAU: 307258/D-TO**;

1.5. Considerando tratar-se de procedimento realizado mediante Sistema de Registro de Preços, a indicação das dotações orçamentárias ficará condicionada à formalização dos contratos decorrentes da futura ata de registro de preços ou à emissão das respectivas Ordens de Serviço, conforme disponibilidade orçamentária e financeira existente à época da contratação.

1.6. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.6.1. ANEXO I – Projeto Básico.

1.6.2. ANEXO II – Projeto de Engenharia.

1.6.3. ANEXO III - Planilha Orçamentária.

1.6.4. ANEXO IV - Memorial Descritivo.

1.6.5. ANEXO V - Modelo de Proposta de Preço.

1.6.6. ANEXO VI - Cronograma físico-financeiro e BDI.

1.6.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

1.6.8. ANEXO VIII – Modelo de atestado de visita.

1.6.9. ANEXO IX – Modelo de declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

1.6.10. ANEXO X - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

1.6.11. ANEXO XI – Modelo de declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos.

1.6.12. ANEXO XII – Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção.

1.6.13. ANEXO XIII – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos.

1.6.14. ANEXO XIV – Declaração Atestando que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público.

1.6.15. ANEXO XV – Minuta de Contrato.

1.6.16. ANEXO XVI – Minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à



documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam com credenciamento regular até o início da sessão pública;

2.2. Não poderá disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

2.2.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.2.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.2.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.2.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.7. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que:

2.3.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

2.3.2. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

2.3.3. o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.4. Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno



Porte (EPP):

2.4.1 Será regida pela Lei Complementar N° 123/2006.

2.4.2 Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N° 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º da mencionada lei.

2.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimento deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser realizado por forma eletrônica, através da **PLATAFORMA ELETRÔNICA**: <https://www.licitanet.com.br/>

3.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio oficial **PLATAFORMA ELETRÔNICA**: <https://www.licitanet.com.br/> e no diário oficial desta Prefeitura no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme Art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.7. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio **PLATAFORMA ELETRÔNICA**: <https://www.licitanet.com.br/> e no diário oficial desta Prefeitura no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Agente de contratação requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

3.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.

4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

4.1. O Credenciamento permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro na **PLATAFORMA ELETRÔNICA** <https://www.licitanet.com.br/>,



deverá ser feito por meio de certificado digital.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA VISITAÇÃO AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. As empresas interessadas, caso julguem necessário, poderão visitar o local de execução dos serviços para tomar conhecimento de aspectos técnicos peculiares da mesma, até o dia anterior à data marcada para abertura, período em que estará disponível um servidor do Município para as apresentações e que também será fornecido atestado de visita, conforme **ANEXO VIII**.

5.2. As visitas deverão ser requeridas por e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com e realizadas por responsável pela da empresa em dias e horários previamente agendados junto ao setor de engenharia deste Município.

5.3. Caso a interessada opte por não realizar a visita técnica, deverá declarar por escrito, conforme modelo **ANEXO IX**, que se considera satisfeita com as informações constantes do Projeto Básico e que assume toda e qualquer responsabilidade pelas peculiaridades do local de execução dos serviços, sem pretender acréscimos financeiros ou quantitativos futuros.

5.4. A declaração deverá ser apresentada juntamente com a documentação relativa à qualificação técnica, sob pena de inabilitação.

5.5. Caso a empresa julgar necessário fazer a visita técnica, a mesma deverá ser feita por engenheiro que faça parte do quadro técnico da empresa.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de



apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

6.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.3.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.1.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.3.1.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.1.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

6.3.1.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

6.3.1.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

6.3.1.9. A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.



6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Os valores da proposta de preços deverão ser cotados em moeda nacional (Real);

6.7. Serão obrigatoriamente apresentados, além do resumo da proposta de preços (Anexo V), as planilhas referentes a:

- 6.7.1. Planilha Orçamentária;
- 6.7.2. Cronograma físico-financeiro;
- 6.7.3. Planilha de Composição de BDI.

6.8. Serão desclassificadas as propostas, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

- 6.8.1. contiverem vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 6.8.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 6.8.6. a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, nos termos do §1º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8.7. a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021;
- 6.8.8. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixados neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente, nos termos do §3º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8.9. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do §4º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8.10. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

6.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da



matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7. DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor global da proposta, bem como valores unitários constantes das planilhas orçamentárias.

7.1.2. A proposta deverá ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.

7.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do projeto básico.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.7.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.7.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido,



unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao agente de contratação ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10. DA GARANTIA DA PROPOSTA

7.10.1. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar **garantia no valor referente a 1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, no ato do cadastramento da proposta, sob pena de desclassificação.

Caberá ao proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.10.2. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

7.10.3. seguro-garantia;

7.10.4. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.13. O prazo de validade destas garantias será de **30 (trinta) dias após** o prazo de vigência da proposta mencionada neste Edital.

7.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.15. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o



constante na plataforma da Concorrência, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Projeto Básico.

8.2.1. Deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta ficará livre, podendo o agente de contratação negociar esse percentual.



8.10. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dois minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 30 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.15. O critério de julgamento adotado será menor preço global, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, portanto, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.1.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.1.2. Empresas brasileiras;

8.22.1.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.1.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico, dentre as propostas ou os lances empatados.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.24.3. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.26. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do



preço máximo definido pela Administração, nos termos do § 1º do artigo 61 da Lei nº 14.133/2021.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



9.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado, quando for o caso;

9.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, quando for o caso;

9.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.



9.13. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de até 02:00 horas, contado da solicitação do agente de contratação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Agente de contratação no momento da aceitação do lance vencedor.

9.14. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

9.15. Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

9.15.1. contiverem vícios insanáveis;

9.15.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.15.3. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.15.4. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.15.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.15.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

9.16. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.17. O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo:

9.18.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de contratação, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.19. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

9.20. O agente de contratação analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;



9.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

9.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

9.23. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.24. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

9.25. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital;

9.26. Os documentos listados no item da Habilitação somente serão exigidos do licitante vencedor na forma do Art. 63, II da Lei 14.133, de 2021;

9.27. Após a fase de julgamento, o licitante vencedor será convocado para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, preferencialmente em PDF para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados na plataforma de disputa <https://www.licitanet.com.br/> no prazo de 2 (duas) horas contados da solicitação do agente de contratação, responsável pela condução do certame, podendo o prazo ser prorrogado, mediante justificativa e a critério do agente de contratação, durante o horário de expediente do órgão.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

10.1.1. Habilitação Jurídica;

10.1.2. Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;

10.1.3. Qualificação Econômico-financeira;

10.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

10.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

10.2. Habilitação Jurídica:

10.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem da licitante, no caso de empresa individual;

10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por



ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.2.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.2.7. Documentos de identificação dos sócios: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.3.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da licitante;

10.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal da sede da licitante;

10.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

10.3.7. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT); <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

10.3.8. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira:

10.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais devidamente registrados na junta comercial do Estado da sede da licitante, que comprovem a

boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo serem atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do balanço de abertura devidamente registrado na junta comercial do Estado da sede da licitante;

10.4.3. Os documentos referidos nos itens 10.4.1 e 10.4.2 serão aceitos quando realizados por meio de autenticação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

10.4.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

10.5.2. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, **em nome da Empresa Licitante**, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, por execução de obras/serviços de características ao objeto desta licitação, compatíveis em prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo 50% dos itens de maior relevância da obra, especificadas conforme tabela a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA
4413986	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA	M²	826.400
4016096	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 1,56 M³	M³	154.950
5914374	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO	TXKM	1.416.160,8
4015612	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA - 100% PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	154.950

10.6. Da Qualificação Técnica Profissional

10.6.1. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU, do responsável técnico da empresa licitante, dentro do prazo de vigência;

10.6.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, **em nome do profissional técnico** indicado pela empresa licitante, como responsável pelos trabalhos a serem executados, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, para fins de comprovação da execução de obra de engenharia de características semelhantes ao objeto desta

licitação, compatíveis em prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo 50% dos itens de maior relevância da obra, especificadas conforme tabela a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA
4413986	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA	M²	826.400
4016096	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 1,56 M³	M³	154.950
5914374	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO	TXKM	1.416.160,8
4015612	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA - 100% PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	154.950

10.6.3. O(s) responsável(is) técnico(s) deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para a assinatura do contrato. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) qualificado(s) com a licitante poderá ser feita por meio de:

10.6.3.1. Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação que rege a matéria.

10.6.3.2. No caso de profissional autônomo, por meio de cópia autenticada do Contrato ou Pré-Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

10.6.3.3. No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), bem ainda, com a Certidão de Registro do licitante no CREA/CAU onde deverá constar o nome do profissional indicado.

10.6.4. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

11. **Documentações Complementares**

11.1. Atestado de visita ao local da obra ou Declaração de satisfação com os elementos do Projeto Básico e de que assume toda e qualquer responsabilidade pelas peculiaridades locais da execução (Anexo – VIII ou IX);

11.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. (Anexo VII);

11.3. Declaração de microempresa/empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual (se for o caso) (Anexo X);

11.4. Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção (Anexo XII);

11.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos (Anexo XIII).

11.6. Declaração Atestando que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO (Anexo XIV).

11.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.2. Para o julgamento das propostas, o agente de contratação poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

12.3. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, (quando for o caso) a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

12.4. A Planilha de Custos e Formação de Preços **deverá** ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Agente de Contratação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Agente de Contratação no momento da aceitação do lance vencedor.

12.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado (quando for o caso).

12.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

12.10. O Agente de Contratação analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

12.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a



desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço;

12.1.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.1.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

12.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

12.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

12.14. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

12.15. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

12.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. DOS RECURSOS

13.1. O Agente de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica preclusão desse direito, ficando o Agente de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.3. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a preclusão do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.



13.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.5. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.6. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.7.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.7.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.7.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela mesma autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, podendo ser prorrogado mediante anuência e conveniência administrativa, sob pena de decair do direito à contratação;

16.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão;

16.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 16.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o Contratante, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento;

16.4. Nos termos do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato, o licitante deverá apresentar seguro garantia no valor referente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato. Caberá ao contratado



optar por uma das seguintes modalidades de garantia previstas no Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.4.1. O prazo de vigência da garantia será de igual ao prazo estabelecido no contrato principal nos termos do artigo 97 da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

17.1. Nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, o Contratado ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

17.2. Nas alterações contratuais para supressão de bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

18.2. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

18.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O contrato decorrente deste edital terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual;

19.2. Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

19.3. O prazo de execução da prestação do serviço será de **12 (doze) meses**, conforme estabelecido no Projeto Básico e Cronograma.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

22. DA FISCALIZAÇÃO

22.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no Projeto Básico;

22.1.1. O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da prestação do serviço;

22.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

22.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados;

22.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato;

22.4. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico e no contrato, anexos deste edital.

24. DA RESCISÃO DO CONTRATO

24.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

25.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 25.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 25.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 25.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 25.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 25.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 25.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as sanções conforme previsões do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

25.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no diário oficial.

25.6. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.7. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.8. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias



úteis, contado do seu recebimento.

25.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

26.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.3. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

26.4. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

26.6. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam



o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

26.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal (<https://www.licitanet.com.br/>) e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO (<https://santamariadotocantins.to.gov.br/>);

26.16. Os casos omissos serão dirimidos pelo agente de contratação com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

26.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pedro Afonso/TO, com exclusão de qualquer outro.

Santa Maria do Tocantins/TO, 12 de maio de 2026.

LEONARDO NOLETO MOREIRA
Prefeito Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: **Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO.**

Responsável: **Leonardo Noletto Moreira**

Telefone: **(63) 3441-1243**

1 - APRESENTAÇÃO

1.1. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as diretrizes técnicas, administrativas e operacionais destinadas à futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, visando assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança viária, mobilidade rural e continuidade do acesso às comunidades, propriedades rurais e serviços públicos essenciais.

1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os elementos técnicos constantes do Estudo Técnico Preliminar, projetos, levantamentos realizados pelo setor de engenharia municipal, memórias de cálculo, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos pertinentes à futura contratação, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. A futura contratação compreenderá a execução de serviços de engenharia relacionados à recuperação da infraestrutura viária rural, incluindo intervenções destinadas à melhoria das condições de circulação nas estradas vicinais do Município, conforme necessidade da Administração Municipal e disponibilidade financeira existente durante a vigência da futura ata de registro de preços.

1.4. Considerando a natureza variável, contínua e imprevisível das demandas relacionadas à manutenção e recuperação das estradas vicinais, a contratação será processada mediante Sistema de Registro de Preços, possibilitando execução futura, eventual e parcelada dos serviços, conforme emissão de Ordens de Serviço específicas pela Administração Municipal.

1.5. Os serviços objeto da futura contratação exigem conhecimento técnico especializado, utilização de equipamentos apropriados, observância das normas técnicas aplicáveis à engenharia de infraestrutura viária e acompanhamento por profissionais legalmente habilitados, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966, bem como das normas regulamentares expedidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e demais órgãos competentes.

1.6. A futura execução contratual deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais anexos técnicos que compõem a futura contratação, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas



Técnicas – ABNT, manuais técnicos do DNIT, parâmetros referenciais do SICRO e SINAPI, legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis aos serviços de infraestrutura viária rural.

2 - OBJETO

2.1. Constitui objeto deste termo de referência o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.**

2.2. A futura contratação será executada sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando a natureza variável das demandas, a impossibilidade de definição exata dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da vigência da futura ata de registro de preços e a necessidade de medições baseadas nos serviços efetivamente executados.

2.3. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração Pública Municipal, considerando que a futura execução dos serviços dependerá da efetiva necessidade administrativa, da disponibilidade orçamentária e financeira, da liberação de recursos próprios, estaduais e federais, bem como da celebração de convênios, transferências especiais, emendas parlamentares e demais instrumentos de repasse destinados à infraestrutura viária rural.

2.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma futura, eventual e parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas pela Administração Municipal, observando-se as prioridades técnicas identificadas pelo setor competente, as condições de trafegabilidade das vias rurais e a disponibilidade financeira existente durante a vigência da futura contratação.

2.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, manuais e orientações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, parâmetros referenciais do SICRO e SINAPI, legislação ambiental vigente, normas de segurança do trabalho e demais disposições técnicas pertinentes aos serviços de infraestrutura viária rural.

2.6. Integram a presente contratação todos os serviços, fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, maquinários, combustíveis, transporte, mobilização, desmobilização, encargos sociais, obrigações trabalhistas, tributos, custos operacionais e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

3 - DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A futura contratação justifica-se pela necessidade contínua de manutenção, recuperação e melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais

localizadas na zona rural do Município de Santa Maria do Tocantins/TO, considerando que a infraestrutura viária rural constitui elemento essencial para garantia da mobilidade da população, acesso aos serviços públicos, transporte escolar, escoamento da produção agropecuária e desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

O Município possui extensa malha viária rural, utilizada diariamente para deslocamento de moradores, produtores rurais, veículos de transporte escolar, equipes de saúde, assistência social e demais serviços públicos essenciais, sendo as estradas vicinais fundamentais para integração entre as comunidades rurais e a sede municipal.

Os levantamentos técnicos realizados pelo setor de engenharia municipal identificaram que diversos trechos da malha viária rural apresentam desgaste acentuado decorrente da ação contínua das chuvas, da circulação frequente de veículos pesados, da ocorrência de processos erosivos, da deficiência de drenagem superficial e da deterioração natural da plataforma das vias, comprometendo significativamente as condições de circulação e segurança dos usuários.

Durante os períodos chuvosos, a situação das estradas vicinais tende a se agravar consideravelmente, ocasionando formação de atoleiros, erosões, acúmulo de água sobre a pista, perda de revestimento primário, surgimento de pontos críticos e, em determinadas situações, interrupção parcial do tráfego em trechos rurais estratégicos, dificultando o deslocamento da população e comprometendo o acesso aos serviços públicos essenciais.

A precariedade das condições de trafegabilidade das vias rurais impacta diretamente o transporte escolar rural, o acesso da população aos serviços de saúde, o deslocamento de equipes administrativas, o escoamento da produção agrícola e pecuária, o transporte de insumos agropecuários, a mobilidade das comunidades rurais e o desenvolvimento econômico local, especialmente em períodos de maior intensidade das chuvas.

A futura contratação mostra-se indispensável para assegurar maior eficiência na gestão da infraestrutura viária rural, permitindo que a Administração Pública possua mecanismo contratual apto a atender demandas futuras, variáveis e supervenientes relacionadas à recuperação das estradas vicinais, especialmente em razão da impossibilidade de previsão exata dos trechos que demandarão intervenções prioritárias ao longo da vigência contratual.

A necessidade da contratação também decorre da insuficiência operacional da estrutura pública municipal para execução integral e contínua de todos os serviços necessários à adequada manutenção da malha viária rural, especialmente considerando a extensão territorial do Município, a elevada quantidade de trechos suscetíveis à deterioração, a limitação operacional da frota municipal, a necessidade de equipamentos específicos, a necessidade de mão de obra especializada e a dinâmica contínua das demandas relacionadas à infraestrutura rural.

Dessa forma, a futura contratação revela-se medida administrativa necessária, tecnicamente adequada e compatível com o interesse público, visando assegurar melhores condições de trafegabilidade das estradas vicinais, fortalecimento da infraestrutura rural, segurança dos usuários das vias e continuidade do desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais do Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

4.1. Os quantitativos constantes neste Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração Municipal, considerando que a futura execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e financeira, emissão de Ordens de Serviço e liberação de recursos próprios, estaduais e federais destinados à infraestrutura viária rural do Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

4.2. As especificações técnicas, quantitativos estimados, unidades de medida, códigos referenciais e demais elementos relacionados aos serviços objeto da futura contratação encontram-se detalhados nas planilhas orçamentárias, projetos, memórias de cálculo, cronogramas físico-financeiros, composições de custos e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.1.1	Composição	ADM	Administração local de obra	MÊS	24,00	R\$ 18.788,05	R\$ 450.913,20
1.2.1	SINAPI	103689	Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira	M²	40,50	R\$ 565,10	R\$ 22.886,55
1.2.2	Composição	CMOB	Mobilização de equipamentos	UN	1,00	R\$ 87.324,02	R\$ 87.324,02
1.2.3	Composição	CDESMOB	Desmobilização de equipamentos	UN	1,00	R\$ 87.324,02	R\$ 87.324,02
1.3.1	SICRO	4413986	Regularização de superfície com motoniveladora	M²	1.652.800,00	R\$ 0,09	R\$ 148.752,00
1.3.2	SICRO	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica de 1,56 m³	M³	309.900,00	R\$ 1,87	R\$ 579.513,00
1.3.3	SICRO	5914374	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ – rodovia em revestimento primário	TXKM	2.832.321,60	R\$ 1,28	R\$ 3.625.371,65
1.3.4	SICRO	4015612	Execução de revestimento primário	M³	309.900,00	R\$ 17,49	R\$ 5.420.151,00



ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
			com material de jazida – 100% Proctor intermediário				
1.4.1	SICRO	5501706	Escavação mecânica com retroescavadeira em material de 1ª categoria	M³	10.226,70	R\$ 8,53	R\$ 87.233,75

4.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, normas da ABNT, manuais do DNIT, parâmetros do SICRO e SINAPI e demais normas técnicas aplicáveis aos serviços de infraestrutura viária rural.

4.4. A Administração Municipal poderá promover alterações quantitativas decorrentes da efetiva necessidade administrativa durante a execução contratual, observados os limites e condições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. A futura contratação será executada sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando o conjunto dos serviços previstos nas planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram a presente contratação.

5 - DO VALOR ESTIMADO E APLICAÇÃO DO BDI (BENEFÍCIO DE DESPESAS INDIRETAS)

5.1. O valor estimado da futura contratação corresponde a **R\$ 10.509.469,19 (dez milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos)**, conforme levantamentos técnicos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, projetos de engenharia e demais documentos técnicos elaborados pelo setor de engenharia do Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

5.2. O valor estimado foi elaborado com base nos quantitativos projetados para execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais, considerando as condições operacionais da malha viária rural, as necessidades identificadas pela Administração Municipal e as especificações técnicas necessárias à adequada execução dos serviços.

5.3. A composição dos custos referenciais observou parâmetros técnicos compatíveis com os serviços de infraestrutura viária rural, considerando movimentação de terra, regularização de superfície, conformação da plataforma, revestimento primário, drenagem superficial, compactação, carga e transporte de material, mobilização de equipamentos, administração local, mão de obra, insumos, encargos sociais, custos operacionais e demais elementos necessários à execução dos serviços.

5.4. Os preços referenciais utilizados para formação do orçamento estimativo foram obtidos prioritariamente mediante utilização das tabelas oficiais do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO e do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos



e Índices da Construção Civil – SINAPI, observando-se as composições técnicas compatíveis com a natureza dos serviços pretendidos.

5.5. Na hipótese de inexistência de composições específicas nas tabelas referenciais oficiais, poderão ser utilizadas composições auxiliares, referências complementares, pesquisas de mercado e composições próprias elaboradas pelo setor técnico competente, observando-se critérios técnicos de razoabilidade, compatibilidade com os preços praticados no mercado e adequação às características operacionais dos serviços pretendidos.

5.6. As composições de custos unitários deverão contemplar todos os encargos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, combustíveis, transporte, manutenção, mobilização, desmobilização, encargos trabalhistas, encargos previdenciários, tributos, administração local, seguros, despesas indiretas e demais custos inerentes à futura execução contratual.

5.7. O orçamento estimativo da contratação possui caráter meramente referencial e representa projeção técnica máxima das futuras demandas identificadas pela Administração Municipal, não constituindo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, considerando que a futura execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade administrativa e disponibilidade financeira durante a vigência da futura ata de registro de preços.

5.8. A efetiva contratação dos serviços dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira do Município, da liberação de recursos próprios, estaduais e federais, da celebração de convênios, transferências especiais, emendas parlamentares e demais instrumentos de repasse destinados à infraestrutura viária rural.

5.9. Os quantitativos e valores estimados encontram-se devidamente detalhados nas planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições de custos e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência e seus anexos.

5.10. O critério de julgamento da futura licitação será o de menor preço global em regime de empreitada por preço unitário, considerando o conjunto dos serviços previstos nas planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração Municipal, observando-se o regime de empreitada por preço unitário e a necessidade de manutenção da compatibilidade técnica e operacional da execução contratual.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma futura, eventual e parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas expedidas pelo setor competente, observando-se as prioridades operacionais, as condições de trafegabilidade das vias rurais e a disponibilidade financeira existente durante a vigência da futura ata de registro de preços.



6.2. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, salvo situação excepcional devidamente justificada e formalmente aceita pela Administração Municipal.

6.3. O prazo de execução de cada Ordem de Serviço será definido conforme a complexidade dos serviços, extensão dos trechos a serem recuperados, quantitativos demandados e cronograma físico-financeiro elaborado pelo setor técnico competente, podendo variar conforme as características específicas de cada intervenção.

6.4. A futura Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública.

6.5. Os contratos decorrentes da futura Ata de Registro de Preços terão vigência compatível com o prazo necessário à execução dos serviços constantes das respectivas Ordens de Serviço, observando-se os prazos estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Os prazos de execução poderão ser prorrogados nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente em caso de impedimento, paralisação, necessidade de adequação técnica, ocorrência de fatos supervenientes, eventos climáticos que comprometam a execução dos serviços, determinação da Administração Pública ou demais situações previstas na legislação vigente.

6.7. Em caso de suspensão, paralisação ou impedimento da execução contratual por motivo devidamente justificado, os prazos de execução serão automaticamente ajustados pelo período correspondente, mediante formalização administrativa nos autos do processo.

6.8. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os cronogramas estabelecidos pela Administração Municipal, especialmente quanto às prioridades operacionais relacionadas à manutenção da trafegabilidade das vias rurais, atendimento das comunidades rurais e preservação da continuidade dos serviços públicos essenciais vinculados à mobilidade rural.

6.9. A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a demanda da Administração Municipal durante toda a vigência contratual, assegurando capacidade técnica, logística e operacional suficiente para mobilização de equipes, equipamentos, maquinários e insumos necessários à adequada execução dos serviços demandados pela Administração Pública.

7 - DA CONTRATAÇÃO

7.1. A futura contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o

menor preço global em regime de empreitada por preço unitário, considerando o conjunto dos serviços previstos nas planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração Municipal.

7.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza contínua, variável e imprevisível das demandas relacionadas à recuperação das estradas vicinais, considerando que a futura execução dos serviços dependerá da efetiva necessidade administrativa, da disponibilidade financeira do Município e da eventual liberação de recursos próprios, estaduais e federais.

7.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços não implica obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados pela Administração Pública, constituindo mecanismo de planejamento destinado a conferir maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional, racionalização das contratações públicas e continuidade das ações relacionadas à manutenção da infraestrutura viária rural do Município.

7.4. A futura execução contratual ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando a impossibilidade de definição exata dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da vigência da futura ata de registro de preços, bem como a necessidade de medições baseadas nos serviços efetivamente executados.

7.5. Os serviços serão executados de forma futura, eventual e parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas pela Administração Municipal, observando-se as prioridades técnicas definidas pelo setor competente, as condições de trafegabilidade das vias rurais e a disponibilidade orçamentária e financeira existente à época da execução.

7.6. A contratação deverá ser executada por empresa especializada em engenharia, devidamente registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme legislação aplicável, devendo a futura contratada possuir capacidade técnica, operacional e logística compatível com a complexidade e natureza dos serviços demandados pela Administração Municipal.

7.7. A futura contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de mão de obra, equipamentos, maquinários, ferramentas, combustíveis, transporte, materiais, encargos sociais, encargos trabalhistas, encargos previdenciários, tributos, mobilização, desmobilização e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

7.8. De forma geral, os serviços a serem executados compreenderão:

- 7.8.1.** Administração de obra;
- 7.8.2.** Serviços preliminares;
- 7.8.3.** Movimento de terra;
- 7.8.4.** Drenagem superficial (bigodes).



7.9. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o presente Termo de Referência, bem como as normas técnicas da ABNT, manuais do DNIT, parâmetros do SICRO e SINAPI e demais normas aplicáveis aos serviços de infraestrutura viária rural.

7.10. Considerando a natureza integrada dos serviços relacionados à recuperação das estradas vicinais, a contratação será realizada em lote único, visando assegurar padronização técnica da execução, eficiência operacional, otimização da mobilização dos equipamentos, melhor gerenciamento da execução contratual, centralização da responsabilidade técnica e maior economicidade administrativa.

7.11. A fragmentação do objeto em múltiplos lotes poderia comprometer a eficiência operacional da futura contratação, ocasionar dificuldades de fiscalização, incompatibilidades técnicas entre os serviços executados, aumento dos custos administrativos e riscos de descontinuidade das intervenções relacionadas à infraestrutura viária rural do Município.

8 - APRESENTAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S) DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em conformidade com as exigências estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, nas planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que compõem a futura contratação, devendo refletir integralmente os custos necessários à perfeita execução dos serviços.

8.2. A proposta deverá conter identificação completa da licitante, prazo de validade, valor unitário de cada item, conforme planilha orçamentária e valor global ofertado em moeda corrente nacional, data, assinatura do representante legal e demais informações necessárias à adequada identificação da proposta apresentada.

8.3. A licitante deverá apresentar planilha orçamentária contendo todos os itens previstos pela Administração Municipal, observando rigorosamente os quantitativos constantes das planilhas referenciais elaboradas pelo setor técnico competente, sendo vedada a alteração de quantitativos, unidades ou especificações técnicas dos serviços previstos.

8.4. A planilha orçamentária apresentada pela licitante deverá conter preços unitários e totais compatíveis com os custos de mercado e com as composições referenciais utilizadas pela Administração Pública, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, combustíveis, encargos sociais, encargos trabalhistas, tributos, mobilização, desmobilização, administração local e demais despesas inerentes à futura execução contratual.

8.5. A proposta deverá estar acompanhada do respectivo cronograma físico-financeiro compatível com os prazos estabelecidos pela Administração Municipal,



bem como da composição detalhada do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, observando-se os parâmetros técnicos aplicáveis aos serviços de engenharia.

8.6. Todos os dados apresentados pela licitante em sua proposta deverão refletir fielmente os custos efetivos da execução contratual e a margem de lucratividade pretendida, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, não lhe assistindo direito de pleitear alterações posteriores sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7. A Concorrência Eletrônica será realizada em lote único, sendo o julgamento efetuado pelo critério de menor preço global em regime de empreitada por preço unitário, considerando o conjunto dos serviços constantes das planilhas orçamentárias elaboradas pela Administração Municipal.

8.8. As propostas que apresentarem preços superiores ao valor estimado pela Administração Municipal poderão ser desclassificadas, nos termos do edital e da legislação vigente.

8.9. Também poderão ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os custos mínimos necessários à adequada execução dos serviços, observando-se as disposições do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.10. A Administração Municipal poderá promover diligências destinadas à verificação da exequibilidade das propostas apresentadas, especialmente nos casos em que os valores ofertados se mostrarem significativamente inferiores aos referenciais estimados pela Administração Pública.

8.11. As licitantes deverão considerar, na formulação de suas propostas, todas as condições necessárias à perfeita execução dos serviços, inclusive quanto à mobilização de equipes, deslocamento de equipamentos, logística operacional, condições das vias rurais, distâncias médias de transporte e demais peculiaridades inerentes à execução dos serviços de infraestrutura viária rural no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

8.12. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente e conforme interesse da Administração Municipal.

8.13. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, de todas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, nos projetos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram a futura contratação.

9 - DA VISTORIA

9.1. A(s) licitante(s) poderá(ão) avaliar as condições gerais das estradas vicinais e



dos locais estimados para futura execução dos serviços, sanando todas as dúvidas e demais questionamentos sobre os quantitativos no local, antes de fornecer a proposta dentro do prazo legal.

9.2. Competirá a cada interessado fazer a visita técnica, podendo ser representado e/ou acompanhado de técnicos e especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

9.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, devendo ser previamente agendada através do e-mail: (licitacaosantamaria2@gmail.com) poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, acompanhado do corpo técnico do setor de engenharia.

9.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.5. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria). Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Para cadastrar-se no Registro de Fornecedores desta Municipalidade, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- 10.1.1.** Habilitação Jurídica;
- 10.1.2.** Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;
- 10.1.3.** Qualificação Econômico-financeira;
- 10.1.4.** Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- 10.1.5.** Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

10.2. Habilitação Jurídica:

10.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem da licitante, no caso de empresa individual;

10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para



funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.7. Documento sócios: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.3.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da licitante;

10.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal da sede da licitante;

10.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

10.3.7. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT); <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

10.3.8. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira:

10.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais devidamente registrados na junta comercial do Estado da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



10.4.2. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do balanço de abertura devidamente registrado na junta comercial do Estado da sede da licitante;

10.4.3. Os documentos referidos nos itens 10.4.1 e 10.4.2 serão aceitos quando realizados por meio de autenticação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

10.4.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.5.1. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

10.5.2. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, **em nome da Empresa Licitante**, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, por execução de obras/serviços de características ao objeto desta licitação, compatíveis em prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo 50% dos itens de maior relevância da obra, especificadas conforme tabela a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA
4413986	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA	M ²	826.400
4016096	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 1,56 M ³	M ³	154.950
5914374	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ - RODOVIA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO	TXKM	1.416.160,8
4015612	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA - 100% PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M ³	154.950

10.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

10.6.1. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU, do responsável técnico da empresa licitante, dentro do prazo de vigência;

10.6.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-CAT, expedida junto ao CREA/CAU, nos termos da legislação aplicável, **em nome do profissional técnico** indicado pela empresa licitante, como responsável pelos trabalhos a serem executados, que demonstre possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, para fins de comprovação da

execução de obra de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, compatíveis em prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo 50% dos itens de maior relevância da obra, especificadas conforme tabela a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÍNIMA
4413986	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA	M²	826.400
4016096	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 1,56 M³	M³	154.950
5914374	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO	TXKM	1.416.160,8
4015612	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA - 100% PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	154.950

10.6.3. O(s) responsável(is) técnico(s) deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para a ASSINATURA DO CONTRATO. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) qualificado(s) com a licitante poderá ser feita por meio de:

10.6.3.1. Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação que rege a matéria.

10.6.3.2. No caso de profissional autônomo, por meio de cópia autenticada do Contrato ou Pré-Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

10.6.3.3. No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), bem ainda, com a Certidão de Registro do licitante no CREA/CAU onde deverá constar o nome do profissional indicado.

10.6.3.4. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

11 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente contratação será processada mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua, variável e imprevisível das demandas relacionadas à recuperação das estradas vicinais do Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

11.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definição exata dos quantitativos que serão efetivamente demandados pela Administração Municipal ao longo da vigência da futura ata, especialmente em razão da dependência de disponibilidade financeira, ocorrência de demandas supervenientes, condições climáticas e necessidade contínua de manutenção da infraestrutura viária rural.

11.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo a ata de registro de



preços mecanismo de planejamento destinado a conferir maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional e continuidade das ações relacionadas à manutenção da infraestrutura viária rural.

11.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. As futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato administrativo e emissão das respectivas Ordens de Serviço, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira existente à época da contratação.

11.6. A execução dos serviços ocorrerá de forma futura, eventual e parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, observando-se as prioridades operacionais definidas pelo setor técnico competente.

11.7. Os quantitativos registrados possuem caráter meramente estimativo, podendo sofrer variações conforme as efetivas necessidades da Administração Pública durante a vigência da ata de registro de preços, observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

11.8. Não haverá obrigatoriedade de contratação mínima dos quantitativos registrados, ficando a efetiva execução dos serviços condicionada à necessidade administrativa, disponibilidade financeira e emissão de Ordens de Serviço pela Administração Municipal.

11.9. Considerando a natureza técnica e operacional da presente contratação, bem como as particularidades dos serviços de engenharia relacionados à infraestrutura viária rural, fica vedada a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do procedimento licitatório.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços em conformidade com as disposições constantes neste Termo de Referência, nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, normas técnicas aplicáveis e demais documentos que integram a futura contratação.

12.2. Executar os serviços com observância integral das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, manuais técnicos do DNIT, parâmetros referenciais do SICRO e SINAPI, normas ambientais, normas de segurança do trabalho e demais disposições técnicas aplicáveis aos serviços de infraestrutura viária rural.

12.3. Disponibilizar todos os equipamentos, maquinários, ferramentas, veículos, combustíveis, materiais, mão de obra, insumos e estrutura operacional necessários



à perfeita execução dos serviços contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.

12.4. Manter durante toda a execução contratual equipe técnica compatível com a complexidade dos serviços, incluindo responsável técnico legalmente habilitado e devidamente registrado junto ao CREA ou CAU competente.

12.5. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT referente à execução dos serviços, antes do início das atividades relacionadas à futura execução contratual.

12.6. Iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido pela Administração Municipal, contado a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

12.7. Executar os serviços conforme cronogramas, prioridades operacionais e orientações técnicas definidas pela fiscalização contratual da Administração Municipal.

12.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços executados, promovendo imediatamente as correções necessárias sempre que identificadas falhas, defeitos, irregularidades ou desconformidades pela fiscalização da Administração Municipal.

12.9. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, tributários e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não gerando qualquer vínculo empregatício entre a Administração Municipal e os empregados da contratada.

12.10. Adotar todas as medidas necessárias à segurança dos trabalhadores, observando integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais disposições relacionadas à saúde e segurança do trabalho.

12.11. Responsabilizar-se pela sinalização, isolamento e segurança das áreas em execução, adotando todas as providências necessárias à prevenção de acidentes e proteção dos usuários das vias rurais durante a realização dos serviços.

12.12. Manter os locais de execução dos serviços em condições adequadas de organização, limpeza e segurança durante toda a execução contratual.

12.13. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração Pública, a terceiros ou ao patrimônio público e privado em decorrência da execução dos serviços, independentemente de dolo ou culpa de seus empregados ou prepostos.

12.14. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.



12.15. Permitir livre acesso da fiscalização da Administração Municipal aos locais de execução dos serviços, disponibilizando todas as informações, documentos, medições e esclarecimentos necessários ao adequado acompanhamento contratual.

12.16. Apresentar relatórios, boletins de medição, registros fotográficos, diário de obra e demais documentos técnicos exigidos pela Administração Municipal para acompanhamento da execução contratual.

12.17. Responsabilizar-se pela adequada destinação dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e as normas relacionadas à preservação ambiental.

12.18. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

12.19. Executar os serviços observando as condições de trafegabilidade das vias rurais, buscando minimizar impactos à circulação da população e assegurar continuidade do acesso das comunidades rurais aos serviços públicos essenciais.

12.20. Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução dos serviços, o cumprimento dos prazos contratuais ou a qualidade da execução contratual.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Exercer o acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos administrativos.

13.2. Emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução dos serviços, definindo os trechos, prioridades operacionais, quantitativos estimados, prazos de execução e demais informações técnicas necessárias ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

13.3. Disponibilizar à contratada os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos necessários à execução dos serviços.

13.4. Acompanhar a execução dos serviços, realizando medições, inspeções, registros técnicos e demais procedimentos necessários à verificação da conformidade da execução contratual com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.



13.5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, normas aplicáveis, cronogramas ou determinações da fiscalização contratual.

13.6. Determinar a correção, refazimento ou substituição dos serviços executados em desconformidade com as exigências técnicas da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme medições devidamente aprovadas pela fiscalização contratual, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente.

13.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, observando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas durante a execução contratual, estabelecendo prazos razoáveis para adoção das providências corretivas necessárias.

13.10. Permitir o acesso da contratada aos locais de execução dos serviços, observadas as condições operacionais e administrativas necessárias ao adequado desenvolvimento das atividades contratadas.

13.11. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, sempre que solicitados pela contratada e relacionados ao objeto da contratação.

13.12. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento da execução contratual, observando-se as atribuições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentações municipais aplicáveis.

13.13. Zelar pela adequada gestão contratual, promovendo as providências administrativas necessárias à continuidade da execução dos serviços, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

13.14. Receber os serviços executados pela contratada, provisória e definitivamente, mediante verificação da conformidade técnica da execução contratual e observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos técnicos da contratação.

14 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

14.1. A execução da futura contratação será acompanhada, fiscalizada e gerida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo à fiscalização o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução dos serviços contratados.



14.2. A fiscalização contratual exercerá rigoroso controle quanto à qualidade dos serviços executados, observância das especificações técnicas, cumprimento dos cronogramas, adequação dos quantitativos executados, utilização dos materiais e equipamentos compatíveis com a contratação e atendimento das demais obrigações previstas no edital, neste Termo de Referência e demais documentos técnicos da contratação.

14.3. Compete à fiscalização contratual acompanhar a execução dos serviços nos locais indicados pela Administração Municipal, realizar inspeções técnicas, promover registros fotográficos, verificar medições, analisar relatórios apresentados pela contratada e emitir pareceres técnicos relacionados à execução contratual.

14.4. A fiscalização poderá determinar a imediata correção, substituição, paralisação ou refazimento de serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.5. A atuação da fiscalização da Administração Municipal não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução dos serviços, pela qualidade técnica da execução contratual e pelos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

14.6. A contratada deverá garantir livre acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços, disponibilizando todas as informações, documentos, medições, relatórios, registros fotográficos, diário de obra e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

14.7. As medições dos serviços executados serão realizadas pela fiscalização contratual com base nos quantitativos efetivamente executados, observando-se os critérios técnicos estabelecidos nas planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram a contratação.

14.8. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, controle dos prazos, acompanhamento da vigência contratual, adoção das providências administrativas necessárias à continuidade da execução dos serviços e demais atribuições previstas na legislação aplicável.

14.9. Eventuais irregularidades identificadas durante a execução contratual deverão ser formalmente registradas pela fiscalização, com imediata comunicação à contratada para adoção das medidas corretivas necessárias, observando-se os prazos definidos pela Administração Municipal.

14.10. A fiscalização contratual poderá solicitar à contratada esclarecimentos, documentos complementares, adequações técnicas e demais providências necessárias à verificação da regularidade da execução dos serviços contratados.



14.11. A Administração Municipal poderá designar apoio técnico especializado para auxiliar a fiscalização contratual, especialmente em situações que demandem avaliações técnicas específicas relacionadas à execução dos serviços de infraestrutura viária rural.

14.12. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ocorrerá mediante verificação da conformidade da execução contratual com as especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

15 - DAS MEDIÇÕES

15.1. Os pagamentos serão efetuados conforme os serviços efetivamente executados pela contratada, mediante medições realizadas pela fiscalização da Administração Municipal, observando-se os quantitativos executados, os preços unitários contratados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nos demais documentos da contratação.

15.2. As medições serão realizadas de forma periódica, conforme cronograma de execução definido pela Administração Municipal, considerando os serviços efetivamente executados e devidamente aprovados pela fiscalização contratual.

15.3. Para fins de medição e pagamento, somente serão considerados os serviços efetivamente executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos que integram a contratação.

15.4. A contratada deverá apresentar à fiscalização contratual os boletins de medição, memória de cálculo, relatórios de execução, registros fotográficos, diário de obra e demais documentos necessários à comprovação dos serviços executados.

15.5. As medições deverão ser conferidas e aprovadas pela fiscalização da Administração Municipal, que poderá realizar inspeções técnicas, levantamentos de campo e demais verificações necessárias à validação dos quantitativos apresentados pela contratada.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado relativamente a serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas da contratação, cabendo à contratada promover as adequações, correções ou refazimentos eventualmente determinados pela fiscalização contratual.

15.7. Após aprovação da medição pela fiscalização competente, a contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas pela legislação vigente, bem como demais documentos eventualmente exigidos pela Administração Municipal.

15.8. O pagamento será realizado pela Administração Municipal no prazo estabelecido no edital e no contrato administrativo, contado da apresentação da



documentação devidamente atestada pela fiscalização contratual, observada a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade financeira do Município.

15.9. Os pagamentos observarão o cronograma de desembolso financeiro vinculado às respectivas fontes de recursos da contratação, inclusive aqueles provenientes de convênios, transferências estaduais, recursos federais, emendas parlamentares e demais instrumentos de repasse destinados à infraestrutura viária rural.

15.10. A Administração Municipal poderá promover retenções legais, tributárias e previdenciárias incidentes sobre os pagamentos efetuados à contratada, observando-se as disposições da legislação vigente.

15.11. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração Municipal, poderão incidir atualização monetária e encargos legais, nos termos da legislação aplicável e das disposições contratuais.

15.12. Não será admitido pagamento antecipado relativamente aos serviços objeto da contratação, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação vigente e devidamente justificadas pela Administração Pública.

15.13. Os preços registrados e contratados poderão ser revisados, reajustados ou reequilibrados nas hipóteses legalmente admitidas, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

16 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará ao Setor de Projetos e Engenharia, a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa, mediante ordem bancária.

16.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante do município na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

16.3. O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.

16.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem prévia autorização contratual, não assumindo quaisquer ônus, obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias decorrentes de atos praticados exclusivamente pela CONTRATADA.

16.5. Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues



certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, dentre outros.

16.6. Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura eletrônica na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

16.7. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor de Protocolo, localizado na Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO.

16.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

16.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

17 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

17.1. As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município de Santa Maria do Tocantins/TO, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

17.2. Considerando tratar-se de procedimento realizado mediante Sistema de Registro de Preços, a indicação das dotações orçamentárias ficará condicionada à formalização dos contratos decorrentes da futura ata de registro de preços ou à emissão das respectivas Ordens de Serviço, conforme disponibilidade orçamentária e financeira existente à época da contratação.

17.3. A futura execução dos serviços poderá ser custeada mediante utilização de recursos próprios do Município, recursos estaduais, recursos federais, convênios, transferências especiais, emendas parlamentares e demais instrumentos de repasse destinados à recuperação e manutenção da infraestrutura viária rural.

17.4. A Administração Municipal somente realizará a contratação e emissão das Ordens de Serviço mediante existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução contratual.

17.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo a futura ata de registro de preços mecanismo de planejamento destinado a possibilitar futuras contratações conforme necessidade administrativa e disponibilidade financeira do Município.



17.6. A execução financeira da contratação observará rigorosamente as normas de direito financeiro, responsabilidade fiscal, execução orçamentária e controle das despesas públicas, especialmente as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.7. Na hipótese de utilização de recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias ou demais instrumentos de repasse, a execução contratual também observará as exigências técnicas, financeiras e operacionais estabelecidas pelos respectivos órgãos concedentes dos recursos públicos.

18 - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Poderão ser subcontratados os serviços cuja execução demande especialização técnica evidenciada pela existência de empresas especificamente dedicadas àquele segmento, ou, ainda, quando esta seja a prática no mercado, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado.

18.2. Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor.

18.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

18.4. Sempre que for exigível, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à Administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.

18.5. Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

19 - DO REAJUSTAMENTO, REVISÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Os preços registrados e contratados poderão ser reajustados, revisados ou reequilibrados nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e da continuidade da execução contratual.

19.2. O reajustamento dos preços poderá ocorrer após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, observando-se o índice setorial aplicável aos serviços de engenharia e infraestrutura viária adotado pela Administração Municipal no edital e no contrato administrativo.

19.3. A revisão dos preços registrados poderá ocorrer em razão de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que provoquem desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, devidamente comprovados pela contratada e formalmente reconhecidos pela Administração Municipal.



19.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela contratada, acompanhado da documentação comprobatória necessária à demonstração da efetiva ocorrência do desequilíbrio contratual, incluindo planilhas de custos, notas fiscais, composições de preços, documentos de mercado e demais elementos técnicos pertinentes.

19.5. A análise dos pedidos de reajustamento, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro será realizada pela Administração Municipal mediante avaliação técnica, financeira e jurídica, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, interesse público e manutenção da vantajosidade da contratação.

19.6. A eventual concessão de reajustamento, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro dependerá de formalização mediante termo próprio nos autos do processo administrativo, observando-se as disposições legais aplicáveis e a disponibilidade orçamentária da Administração Pública.

19.7. Não serão reconhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos atribuíveis exclusivamente à contratada, falhas de planejamento empresarial, erro na formulação da proposta, variações ordinárias de mercado ou demais situações que integrem os riscos normais da atividade econômica exercida pela contratada.

19.8. A Administração Municipal poderá promover revisão dos preços registrados nas hipóteses legalmente admitidas, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação ou adequar os valores registrados às condições efetivamente praticadas no mercado, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

20 - DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

20.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

20.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

21 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 21.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 21.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 21.1.11.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

21.2. A LICITANTE ou a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações administrativas acima previstas será responsabilizada com as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa:

a.1) Moratória – o atraso na execução do objeto contratado, sem motivação aceita pelo CONTRATANTE, ensejará a aplicação de multa diária no valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por até 20 (vinte) dias. O atraso superior a esse prazo poderá ensejar a extinção do contrato;

a.2) Moratória – caso o atraso seja superior a 20 (vinte) dias, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

a.3) Moratória – o atraso na apresentação da garantia contratual possibilitará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o que poderá ocasionar a extinção do contrato;

b.1) Compensatória – a conduta ilícita praticada pela licitante durante o certame ensejará a aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste edital;

b.2) Compensatória – a recusa ou o não comparecimento da adjudicatária para assinatura do contrato, quando regularmente notificada pelo CONTRATANTE dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejará o pagamento de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no edital;

b.3) Compensatória – a inexecução total do objeto contratado possibilitará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

III – Impedimento de licitar e contratar; e

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II da mesma cláusula.

21.5. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do item 21.2 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.6. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do item 21.2 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à LICITANTE ou CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

21.9. Comete falta grave, podendo ensejar a extinção unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021, aquele que:

21.9.1. Não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 (quinze) dias da solicitação do CONTRATANTE.

21.10. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, da garantia ou do crédito existente do CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

21.11. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos



pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, se for o caso, cobrada judicialmente, na forma da lei.

21.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.

21.13. Decorridos 01 (um) mês sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a extinção do contrato.

21.14. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos incisos III e IV do item 21.2 a CONTRATADA que:

21.14.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.14.2. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e

21.14.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

21.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21.16. As penalidades serão registradas no SICAF e, no caso de declaração de inidoneidade, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais.

21.17. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), podendo o respectivo valor ser glosado dos pagamentos devidos.

21.18. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

21.19. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

22 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

22.1. Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pelo Setor de Engenharia e Projetos, aos quais competirá a gestão e fiscalização dos mesmos.

22.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



22.3. A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

23 - DO HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. Os serviços deverão ser executados minimamente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h e, aos sábados, das 8h às 12h.

23.2. Nos casos em que houver necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos ou operacionais, a CONTRATADA poderá executar os serviços em fins de semana, jornadas noturnas e feriados, desde que previamente autorizados e acordados com o setor de fiscalização e/ou responsável pela unidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

24 - IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

24.1. Para contratação do objeto, a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento jurídico pátrio, compreendendo as normas locais e federais, tais como o Código Florestal Brasileiro, a Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e as exigências contidas na Resolução CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às legislações mencionadas.

24.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar desperdícios de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

24.3. Caso seja necessário licenciamento ambiental, este ficará a cargo da CONTRATADA, devendo providenciar junto aos órgãos competentes a respectiva autorização.

24.4. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando os impactos ambientais positivos e negativos e observando o que estiver definido nos projetos e especificações técnicas.

25 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1. A futura contratação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as disposições legais aplicáveis, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

25.2. Constituem motivos para rescisão contratual o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, a paralisação injustificada dos serviços, o atraso injustificado na execução contratual, a execução dos serviços em



desconformidade com as especificações técnicas da contratação, a perda das condições de habilitação, a prática de atos ilícitos contra a Administração Pública e demais hipóteses previstas na legislação vigente.

25.3. A rescisão contratual poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração Municipal, amigável entre as partes ou judicial, conforme as circunstâncias verificadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.4. A rescisão unilateral poderá ser promovida pela Administração Municipal quando caracterizado descumprimento contratual pela contratada, interesse público devidamente justificado ou demais hipóteses legalmente previstas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

25.5. A rescisão amigável poderá ocorrer mediante acordo entre as partes, desde que demonstrada conveniência para a Administração Pública e inexistência de prejuízo ao interesse público.

25.6. Em caso de rescisão contratual motivada por culpa da contratada, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas na legislação vigente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, execução de garantias eventualmente prestadas e demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

25.7. A contratada deverá assegurar a continuidade mínima das condições de segurança e preservação dos serviços eventualmente em execução até adoção das providências necessárias pela Administração Municipal, especialmente nos casos envolvendo trechos críticos da infraestrutura viária rural.

25.8. Na hipótese de rescisão contratual, a Administração Municipal poderá assumir imediatamente os serviços, utilizar equipamentos, materiais e estrutura operacional vinculada à execução contratual, nos limites legalmente admitidos e mediante formalização administrativa própria.

25.9. A rescisão contratual não afastará a responsabilidade da contratada pelos serviços já executados, pelos vícios eventualmente constatados, pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros e pelas demais obrigações remanescentes decorrentes da execução contratual.

26 - DA MATRIZ DE RISCOS

26.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente matriz de riscos tem por finalidade estabelecer a distribuição objetiva das responsabilidades relacionadas aos eventos supervenientes que possam impactar a execução da futura contratação, promovendo maior segurança jurídica, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência administrativa e adequada gestão contratual.

26.2. A matriz de riscos define os eventos cujas consequências serão suportadas pela CONTRATADA e aqueles cuja responsabilidade permanecerá sob responsabilidade da Administração Municipal, observando-se a natureza dos



serviços, as características operacionais da infraestrutura viária rural, os riscos ordinários da atividade empresarial e as hipóteses extraordinárias legalmente admitidas.

RISCO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS MITIGADORAS
Chuvas intensas e períodos sazonais	Ocorrência de chuvas intensas que comprometam temporariamente a execução dos serviços	Compartilhado	Adequação do cronograma, paralisação técnica justificada e reprogramação da execução
Deterioração superveniente das estradas	Surgimento de novos pontos críticos durante a vigência contratual	CONTRATANTE	Emissão de novas Ordens de Serviço conforme necessidade administrativa
Variação ordinária de preços de insumos	Oscilações normais de mercado envolvendo combustíveis, peças, pneus, lubrificantes e mão de obra	CONTRATADA	Planejamento operacional e composição adequada dos custos da proposta
Caso fortuito ou força maior	Eventos imprevisíveis que impeçam temporariamente a execução contratual	Compartilhado	Readequação dos prazos e formalização administrativa
Erro na formulação da proposta	Equívocos de cálculo, subdimensionamento de custos ou falhas de composição de preços	CONTRATADA	Análise prévia detalhada das planilhas e responsabilidade integral pela proposta apresentada
Insuficiência de equipamentos	Falha operacional decorrente da ausência ou indisponibilidade de máquinas e equipamentos	CONTRATADA	Manutenção preventiva e substituição imediata dos equipamentos
Problemas trabalhistas	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou securitárias	CONTRATADA	Gestão adequada da mão de obra e cumprimento integral da legislação
Interrupção por interesse público	Necessidade de paralisação determinada pela Administração Municipal	CONTRATANTE	Formalização administrativa e eventual readequação contratual



RISCO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS MITIGADORAS
Deficiência de drenagem natural	Necessidade superveniente de adequações em drenagem superficial	Compartilhado	Avaliação técnica conjunta e emissão de solução técnica adequada
Acidentes durante execução	Danos a terceiros, operadores ou patrimônio durante os serviços	CONTRATADA	Sinalização adequada, uso de EPIs e observância das normas de segurança
Dificuldade logística de acesso	Limitações de acesso a trechos rurais durante o período chuvoso	Compartilhado	Planejamento operacional e adequação do cronograma de execução
Licenciamento ambiental	Necessidade de atendimento a exigências ambientais supervenientes	Compartilhado	Atendimento às exigências dos órgãos ambientais competentes
Paralisação por ausência de recursos	Suspensão temporária decorrente de atraso em repasses ou disponibilidade financeira	CONTRATANTE	Gestão orçamentária e financeira adequada
Falhas de execução técnica	Serviços executados em desacordo com projetos e especificações técnicas	CONTRATADA	Fiscalização contínua e correção imediata dos serviços
Danos ambientais	Ocorrência de degradação ambiental causada pela execução inadequada dos serviços	CONTRATADA	Observância das normas ambientais e recuperação das áreas impactadas

26.3. Os riscos classificados como de responsabilidade da CONTRATADA integram a álea ordinária da atividade empresarial, não ensejando pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de sua ocorrência.

26.4. Os eventos classificados como de responsabilidade do CONTRATANTE ou compartilhados poderão ensejar revisão contratual, reprogramação da execução, prorrogação de prazo ou reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovados e formalmente reconhecidos pela Administração Municipal, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.5. A presente matriz de riscos não exclui a responsabilidade das partes quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas no contrato administrativo, devendo a execução contratual observar os princípios da boa-fé, cooperação, eficiência e continuidade do interesse público.



27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público e desenvolvimento nacional sustentável aplicáveis às contratações públicas.

27.2. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais, os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, cronogramas físico-financeiros, composições de custos, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos elaborados pela Administração Municipal para instrução da futura contratação.

27.3. A participação no procedimento licitatório implicará plena aceitação, pelas licitantes, das condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação.

27.4. A futura contratação será regida pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas cláusulas do edital, deste Termo de Referência, da futura ata de registro de preços e dos contratos administrativos eventualmente celebrados pela Administração Municipal.

27.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal à contratação integral dos quantitativos estimados, facultando-se à Administração Pública promover as contratações conforme necessidade administrativa, disponibilidade financeira e interesse público.

27.6. A execução dos serviços dependerá da emissão de Ordens de Serviço específicas pela Administração Municipal, observando-se as prioridades operacionais relacionadas à manutenção da infraestrutura viária rural e as condições financeiras existentes durante a vigência da futura contratação.

27.7. Eventuais alterações contratuais poderão ocorrer nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante formalização administrativa e observância dos limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.

27.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, princípios gerais do direito administrativo, jurisprudência dos órgãos de controle e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

27.9. Fica eleito o foro da Comarca competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da futura contratação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27.10. O presente Termo de Referência segue devidamente aprovado pelo setor técnico competente, estando apto ao prosseguimento do procedimento licitatório



destinado à futura contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais na zona rural do Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

Santa Maria do Tocantins/TO, 12 de maio de 2026.

Responsável Técnico:

LEONARDO SOUSA AMORIM
Engenheiro Civil
CREA/CAU: 307258/D-TO

De acordo:

CLÁUDIO COSTA CIRQUEIRA
Secretário Municipal

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições pelo Decreto Municipal N° 087/2023, de 29 de dezembro de 2023.

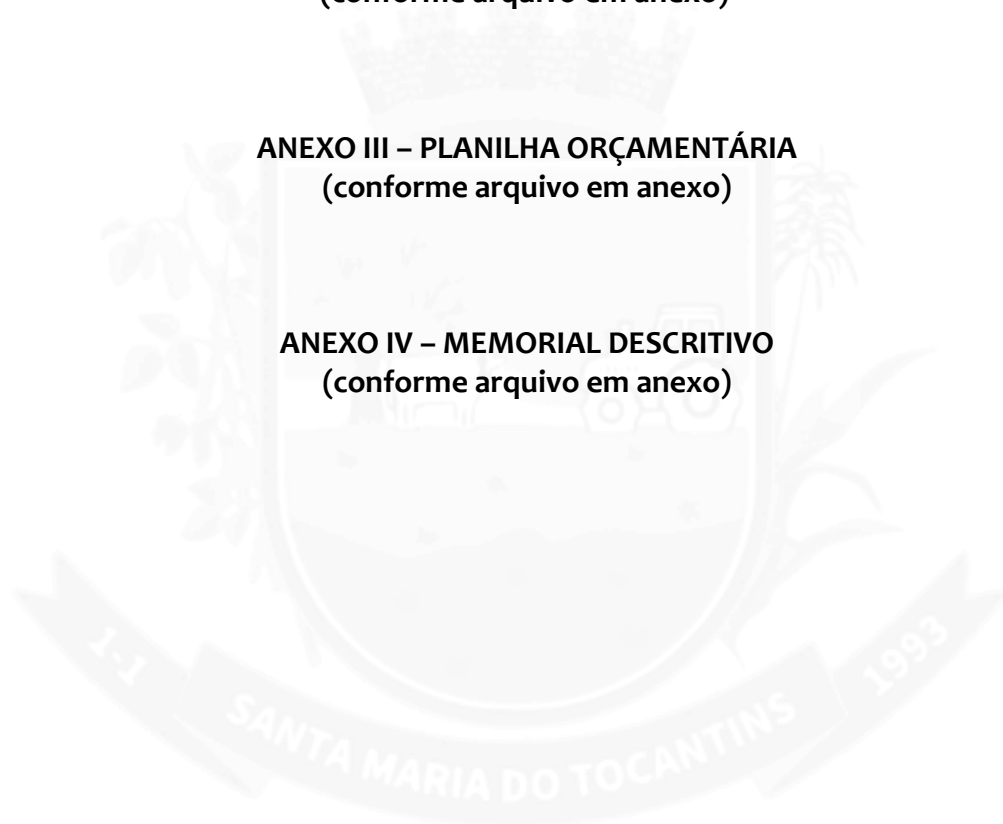
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO
LEONARDO NOLETO MOREIRA
Prefeito Municipal



ANEXO II - PROJETOS DE ENGENHARIA
(conforme arquivo em anexo)

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
(conforme arquivo em anexo)

ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO
(conforme arquivo em anexo)





ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

Prezados,

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa Proposta, relativa ao objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026, bem como as informações, especificações e as condições abaixo discriminadas:

1. Identificação da Licitante:
 - Razão Social:
 - Inscrição CNPJ:
 - Inscrição Estadual ou Municipal:
 - Endereço Completo:
 - Nº Telefone, e-mail:
2. Dados bancários:
 - Banco, Nº Agência, Nº Conta Corrente:
3. Identificação do Representante Legal:
 - Nome Completo:
 - Inscrição CPF:
 - Nº Celular, e-mail:
4. Formação do Preço:
VALOR TOTAL:
VALOR TOTAL POR EXTENSO:
5. Validade da Proposta:
 - A presente Proposta Escrita é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação.
6. Condições Gerais da Proposta:
 - Nos preços estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - O objeto cotado atende todas as exigências do Edital e seus anexos,



relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas.

- O prazo de execução do objeto será o indicado no projeto básico.
- O local de execução/entrega do objeto será conforme o indicado no projeto básico.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES:

- UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE;
- IDENTIFICAR O NOME DO SIGNATÁRIO
- SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.





ANEXO VI - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E BDI
(conforme arquivo em anexo)





ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE),
(

CNPJ Nº), sediada no (a) _____

(ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado, declarando, inclusive, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VIII - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

ATESTO para os devidos fins, que o Sr^(a) _____, profissional devidamente qualificado, mediante apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de cargo ou função da Empresa Licitante _____

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, visitou e

vistoriou as áreas e os locais de intervenção, onde serão executados os serviços, objeto da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº XXX/2026, juntamente com representante da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO, tendo tomado conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações contratuais referentes a execução do objeto desta licitação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU
CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS PARA CUMPRIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

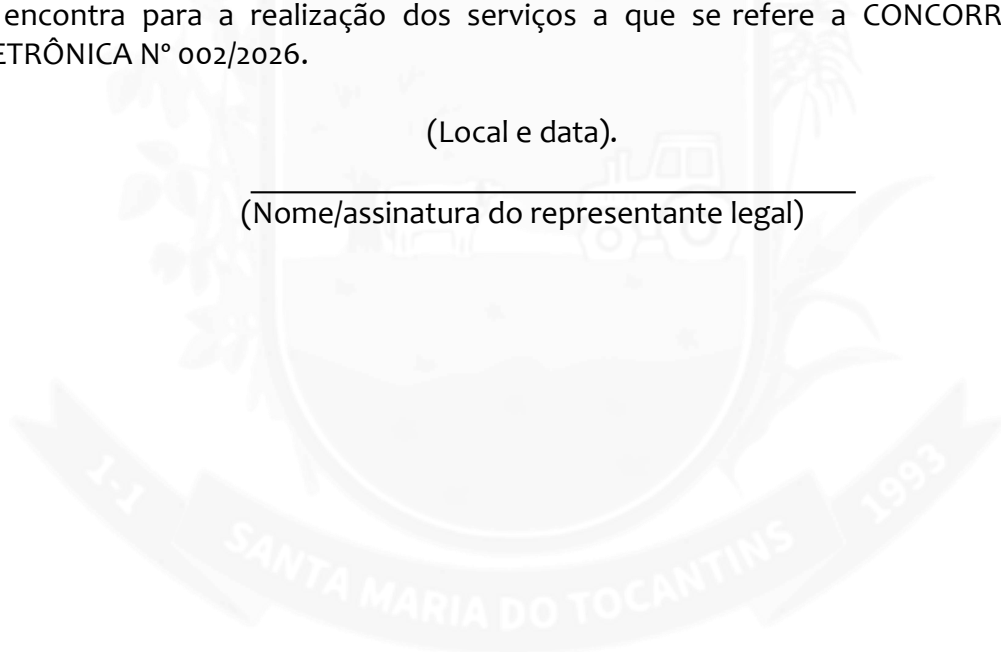
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.**

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), (CNPJ Nº), sediada no (a) _____ (ENDEREÇO
COMPLETO), declara para os devidos fins, que tomou pleno conhecimento de todas
as informações, das condições locais e dificuldades para o fiel cumprimento das
obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que
se encontra para a realização dos serviços a que se refere a CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 002/2026.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
(se for o caso)**À AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

A Empresa _____, estabelecida na _____ (endereço completo), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Srº

_____ (representante/sócio/procurador), portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, devidamente inscrito com o CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR** para os devidos fins que na presente data sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa acima se encontra enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/2006, que trata do Regime das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estando apta, portanto a sua participação no **Concorrência nº XXX/2026 e PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026**, junto ao Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII,
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inc. VI do Art. nº 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____,

representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência Eletrônica nº XXX/2026, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;



III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

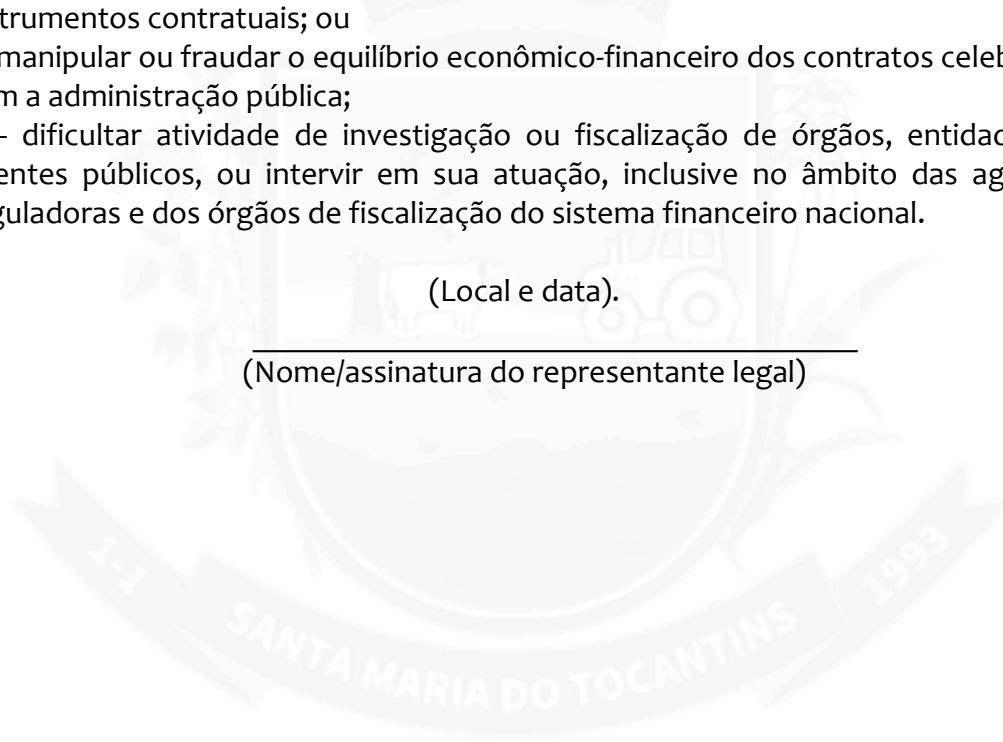
IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)





ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.

Nome completo: _____

RG nº: _____

CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO XIV - DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO POSSUI
EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**

À AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO.**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº
_____ por intermédio de seu representante legal abaixo
assinado, Sr(a) _____, portador(a) do RG nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA,
que, não possui em seu quadro funcional servidor público do Município de Santa
Maria do Tocantins/TO.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO XV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2026

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO e a empresa XXXXXXXXXXXX.

Por este instrumento contratual, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 37.431.039/0001-92, na Rua Alcebiades Gomes (Rua 1), S/N, Setor Industrial, Santa Maria do Tocantins/TO, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o sr. **LEONARDO NOLETO MOREIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.529.507, SSP/TO e CPF nº 034.485.871-50, residente e domiciliado na Avenida Benedito Botelho, S/N, centro, Santa Maria do Tocantins/TO, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º XXXX, com sede na Rua XXXX, n.º XXXX, Bairro XXXX, CEP XXXX, na cidade de XXXX, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). XXXX, naturalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o n.º XXXX e do RG n.º XXXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico, Estudo Técnico Preliminar, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico financeiro, os quais integram o presente processamento, documentos anexos ao processo licitatório em epígrafe, fazendo estes parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2 As obras e serviços de engenharia serão desenvolvidos segundo especificações técnicas constantes no projeto que acompanha o processo, como se aqui estivesse reproduzido, que é composto dos documentos que seguem:

- 1.3. Projetos de Engenharia;
- 1.4. Memorial Descritivo;



- 1.5. Planilha de Orçamento;
- 1.6. Cronograma Físico-Financeiro.
- 1.7. Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes nos projetos básicos, os quais compõem memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório do qual este contrato decorre.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO

3.1. O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xxxxxxxxxxxx, conforme Planilhas Orçamentárias adjudicadas, executadas de acordo com os Cronogramas Físico-Financeiros.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará ao Setor de Projetos e Engenharia, a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa, mediante ordem bancária.

4.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante do município na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

4.3. O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.

4.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

4.5. Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, regularidade perante o INSS e FGTS e certidão negativa de débitos trabalhistas, dentre outros.

4.6. Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura eletrônica na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

4.7. As notas fiscais deverão ser entregues no Setor de Protocolo, localizado na Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO.

4.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1 Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pelo Gestor Municipal e o seu prazo de execução será de até XX (XXXX) meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço (O.S), conforme cronograma físico-financeiro.

5.2 O prazo de vigência da contratação é de XX (XX) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

5.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativa e autorização formal, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente, sem prejuízo da responsabilização da parte que deu causa ao descumprimento do prazo.

5.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotações orçamentárias a seguir codificadas:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1. O Contratante terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

7.1.1. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da Contratada;

7.1.2. fornecer toda documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;

7.1.3. acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, em conformidade com as

condições e termos definidos neste Projeto Básico e anexos;

7.1.4. o Município de Santa Maria do Tocantins/TO, terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

7.1.5. a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes deste Município especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021;

7.1.6. realizar medições periódicas mensais e atestar, por meio do representante designado (fiscal) as Notas Fiscais emitidas pelo Contratante, após verificação da efetiva execução dos serviços;

7.1.7. rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações contidas neste Projeto Básico e seus Anexos;

7.1.8. dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;

7.1.9. assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada no local de execução da obra;

7.1.10. observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.11. inspecionar todos os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução da obra;

7.1.12. apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATADA, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;

7.1.13. o Município de Santa Maria do Tocantins/TO, divulgará no site eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados;

7.1.14. verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021 por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução; e

7.1.15. O município de Santa Maria do Tocantins/TO, deverá prover os devidos acessos à contratada no terreno, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1. Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos na planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Projeto Básico;

8.2. responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução da obra, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas,



previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da obra, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

8.3. a Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

8.4. a Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de vigência contratual;

8.5. cumprir todas as obrigações, principalmente no que compete ao cumprimento do prazo de execução da obra e cronograma estabelecido neste Projeto Básico;

8.6. submeter à aprovação do Setor de Projetos e Engenharia, do município, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicada junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução da obra;

8.7. cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;

8.8. responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pelo Contratante, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;

8.9. providenciar o registro da ART ou RRT de execução da obra junto ao CREA ou CAU, bem como regularização da obra junto a outros órgãos competentes (Prefeitura Municipal, INSS, etc.), entregando uma cópia à Fiscalização, para fins de registro e comprovação das condições estabelecidas. Nesse caso, a CONTRATADA deverá apresentar a ART ou RRT dos serviços, objetos do contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo setor de Engenharia;

8.10. submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

8.11. obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a execução de obras, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;

8.12. após recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;

8.13. responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização municipal, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final; e

8.14. a Contratada não poderá contratar parentes (até o terceiro grau) de



dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão também participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no Art. 9º da Lei 14.133/2021.

8.15. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste projeto básico. Os materiais utilizados deverão ser novos (sem uso) e originais. Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela Contratada, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser reposto, sem ônus para o Município.

8.16. A CONTRATADA deverá apresentar amostras e/ou testes dos materiais que pretende utilizar para a execução de pisos e revestimentos de paredes para fins de aprovação da fiscalização.

8.17. A Contratada deverá apresentar, após a assinatura da Ordem de Serviço (O.S) em até 03 (três) dias úteis, o estudo de logística e canteiro contemplando os acessos dos equipamentos e pessoas, adotando medidas de segurança; a localização, dimensionamento e detalhamento das áreas administrativas, produção e vivência; o posicionamento e detalhamento das áreas de coleta de resíduos incluindo containers ou similares.

8.18. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.

8.19. Executar, caso necessário, junto à Prefeitura de Santa Maria do Tocantins/TO, e demais órgãos competentes os procedimentos legais relacionados ao licenciamento da obra, efetuando o pagamento de todas as taxas e emolumentos referente ao objeto desta contratação, posteriormente, apresentar cópia ou via original para o CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA – DO DIÁRIO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter no canteiro de obras o relatório (Diário de obra) da obra, através do qual fará as anotações inerentes à execução dos serviços, bem como instalar placa de identificação dos recursos de financiamento da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE.

9.2. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato e, Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como gestor de contrato.

9.3. Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a). XXXX para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.

9.4. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, fazer a análise dos materiais, os quais devem ser de primeira qualidade, usada com a aplicação da melhor técnica, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.



9.5. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado. No caso de convênios federais, dever-se-á respeitar a previsão arremada no artigo 7º, XV da Portaria Interministerial 424/2016.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

10.2. ADVERTÊNCIA

10.2.1.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.2. MULTA

10.1.2.1. Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

10.1.2.2. Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.2.1.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

10.1.2.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

10.1.2.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

10.1.2.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

10.1.2.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

10.1.3.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

10.1.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois



de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4.2. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

10.1.4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

10.1.4.4. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

11.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

11.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

11.1.3. fiscalizar sua execução;

11.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

11.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

11.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;

11.1.5.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

11.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

11.3. Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

12.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

12.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

12.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de



controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO

14.1. A Secretaria Municipal de Finanças só poderá efetuar a liberação do pagamento, se a CONTRATADA estiver rigorosamente em dia com os tributos Municipais.

14.2. Igualmente, atendendo ao disposto no Regulamento Municipal, a Secretaria Municipal de Finanças deverá proceder a retenção dos impostos devidos, referente ao pagamento de qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, excetuando-se referida determinação quando o fornecedor/prestador de serviço se tratar de empresa optante do Simples Nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Pedro Afonso/TO, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Santa Maria do Tocantins/TO, (dia) do (mês) do (ano).

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO
LEONARDO NOLETO MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO
EMPRESA
CNPJ:
NOME REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1) NOME:
CPF:

2) NOME:
CPF:

ANEXO XVI - MINUTA DA “ATA DE REGISTRO DE PREÇOS”

De um lado o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 37.431.039/0001-92, com sede à Rua 8, s/n, Centro, Santa Maria do Tocantins/TO, aqui representada pelo Prefeito Municipal o Sr. Leonardo Noleto Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.529.507, SSP/TO CPF nº 034.485.871-50, residente e domiciliado na Avenida Benedito Botelho, S/N, Centro, na cidade de Santa Maria do Tocantins/TO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de concorrência, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO** e no Estudo Técnico Preliminar, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 37.431.039/0001-92, com sede à Rua 8, s/n, Centro, Santa Maria do Tocantins/TO.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos públicos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.6. Dos limites para as adesões
- 4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.7. Vedação a acréscimo de quantitativos
- 4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2. Mantiverem sua proposta original.

5.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.9. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.11.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.11.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.12. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário oficial do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.13. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.14. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.15. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



5.16. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.17. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.17.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.17.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.18. A existência de preços registrados implicará compromisso de execução dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes



ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público

8.4.2. pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos, medição, recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



Santa Maria do Tocantins/TO, (dia) do (mês) do (ano).

Representante legal do órgão gerenciador
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)



**AVISO DE LICITAÇÃO**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PREF

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, torna público que fará realizar no dia 29 de maio de 2026 às 8h, no site www.licitanet.com.br, sessão eletrônica, cujo objeto é a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**. O Edital está disponível no site oficial santamariadotocantins.to.gov.br ou www.licitanet.com.br ou através do e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com.

Santa Maria do Tocantins/TO, 12 de maio de 2026.

Leonardo Noleto Moreira
Prefeito Municipal

